SUPERfácil Início Veículos Imóveis Empregos Diversos

Juiz de Fora
Min 15° Max 24°

Tribuna de Minas

TERÇA-FEIRA, 03 DE MARÇO DE 2015



## Política

1 de março de 2015 - 06:00

# Eleição para legislativos pode mudar

**Congresso quer rever forma de escolha de deputados**

POR TRIBUNA

Tweetar 1 Compartilhar 5

A ascensão de Eduardo Cunha (PMDB) à presidência da Câmara dos Deputados reacendeu as discussões em torno da reforma política. Em rota de colisão com o Palácio do Planalto, Cunha oficializou a criação de uma comissão especial para debater o tema e garantiu ao oposicionista Rodrigo Maia (DEM-RJ) o comando dos trabalhos. A movimentação, entretanto, não é o primeiro balão de ensaio, sugerindo alterações nos itens da Constituição Federal que tratam do assunto. Desde a passagem de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) pela cadeira de presidente até a sinalização de Dilma Rousseff (PT) – em resposta às manifestações de junho de 2013 -, propondo um plebiscito para debater as modificações, não faltaram esboços fracassados de alterações na legislação. As únicas mudanças observadas neste ínterim foram a emenda da reeleição – para muitos, casuística, já que garantiu a FHC mais quatro anos no poder – e a adoção da Lei da Ficha Limpa. Com a retomada das discussões, a Tribuna inicia hoje uma série para tentar jogar luz nos principais tópicos em debate no Congresso sobre a reforma. Nesta primeira matéria, o tema abordado será o sistema para a eleição do Legislativo, item que interessa diretamente aos envolvidos nas discussões. "Esse é o ponto mais polêmico de uma suposta reforma política", crava o professor de Ciência Política do Centro Universitário Internacional (Uninter) e pesquisador do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Luiz Domingos Costa. A avaliação se justifica. Com inspiração em modelos adotados em outros países ou não, há dois sistemas distintos – proporcional e majoritário (distrital) -, com, pelo menos, quatro variações cada (ver arte). Atualmente adotado no Brasil para eleger deputados federais, estaduais e distritais e vereadores, o modelo proporcional tenta privilegiar a ideologia de determinado partido ou coligação. Ao votar, o eleitor escolhe ser representado por determinada legenda e, preferencialmente, pelo candidato por ele indicado. Já o formato majoritário – quando considerado para definir as cadeiras legislativas, o modelo é mais conhecido como distrital – sugere a instituição de votação por distritos, cabendo a esses recortes geográficos a escolha de seus representantes em cada parlamento pelo voto direto, como hoje acontece nas disputas para os cargos executivos. Por outro lado, a PEC 352/2013, elaborada por um grupo de trabalho encabeçado pelo deputado Cândido Vaccarezza (PT), sugere um modelo misto. Segundo a proposta, que deve pautar as discussões da comissão implantada por Cunha, os estados serão divididos em circunscrições eleitorais para a disputa por cadeiras na Câmara dos Deputados e nas assembleias. Assim como é hoje, as vagas serão divididas proporcionalmente entre os partidos ou coligações, conforme a votação de cada um. As cadeiras não preenchidas após a aplicação desse cálculo serão ocupadas pelos candidatos mais votados, independentemente de legenda. Na corrida pelos parlamentos municipais, a circunscrição será o próprio município.

## Especialistas rejeitam distritão

Quatro especialistas ouvidos pela Tribuna não demonstram entusiasmo com a possibilidade de mudança no atual modelo de votação para a definição das cadeiras de deputados federais, estaduais e distritais e vereadores. "Não existe um sistema eleitoral perfeito", afirma o pesquisador da Diretoria de Análise de Políticas Públicas (DAAP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Luís Felipe G. da Graça. Consciente disso, ele defende a manutenção do modelo atual. "O sistema eleitoral que utilizamos já possui longa história no país e é dos que consegue juntar representação proporcional com a escolha do eleitor do candidato." Luiz Domingos Costa também demonstra receio com a adoção de um modelo distrital. "O distritão ou o sistema distrital puro me parecem problemáticos porque dificultam a representação de minorias ideológicas, favorecendo exageradamente os quatro ou cinco maiores partidos. É arriscado tratar as eleições para as casas legislativas como uma disputa majoritária, nas quais apenas os campeões de voto consigam seus assentos, colaborando, ainda, para enfraquecer a dimensão coletiva que essa disputa deve considerar." A possibilidade de garantir a quadros de variadas vertentes sociais também leva o cientista político da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Fernando Perlatto, a sair em defesa do modelo proporcional. "Se o sistema fosse tão problemático, não teria permitido a ascensão de personagens como Lula, oriundo do mundo sindical; Fernando Henrique Cardoso, proveniente da vida universitária; e Marina Silva, cuja história é repleta de dificuldades. Ainda que o sistema político brasileiro tenha seus problemas, ele tem permitido a inscrição, ainda que lenta, de personagens que não necessariamente pertenceram historicamente às elites políticas e econômicas do país." Ligado a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e ao Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, Bruno Bolognesi defende a manutenção do atual modelo, "fortalecendo os partidos 'por baixo' e diminuindo a confusão e profusão de legendas". O especialista cita experiência europeia para lembrar que mudanças radicais podem se mostrar imprevisíveis. "O caso da Itália, em 1990, mostrou-se um desastre político. Por lá, a combinação era tão explosiva quanto aqui: sistema proporcional e escândalos políticos que envolviam os grandes partidos. O resultado foi a morte dos grandes e a barganha clientelística entre pequenos e novos partidos para controlarem distritos e coligações em lista num sistema misto. Disso resultou um presidente forte e um parlamento enfraquecido, dominado pelo personalismo." Assim como os demais cientistas políticos ouvidos pela reportagem, Bruno afirma que, mais importante que o sistema de votação parlamentar, são os temas pertinentes ao modelo de financiamento das campanhas, mas isso é assunto para a próxima reportagem.

## Pestana defende modelo misto

Um dos deputados federais que participaram da confecção da PEC 352/2013, Pestana sai em defesa do modelo misto, com a adoção de circunscrições regionais. "A votação continuaria como é hoje. Um único voto por eleitor, na legenda ou no candidato. O cálculo das cadeiras de cada partido no Legislativo continuaria a ser proporcional e não pelo critério majoritário. Só que a disputa não se daria em escala estadual e sim nas regiões eleitorais." Apesar do entendimento do tucano, a sugestão parece não agradar a maioria dos deputados que integram a atual comissão especial da reforma política instalada na Câmara. Levantamento feito pelo G1, esta semana, mostra que, dos 28 parlamentares dos 34 que integram o grupo ouvido pela reportagem, apenas dois são favoráveis ao modelo: o próprio Pestana e Espiridião Amim (PP). Outro parlamentar da cidade, Wadson Ribeiro (PCdoB) defende a manutenção do sistema proporcional com lista aberta. "Acredito que, com o fim do financiamento privado de campanha, o modelo atual é o melhor. O voto distrital fortalece o poder financeiro nas disputas políticas e tem um viés coronelista." Da mesma forma, Margarida Salomão (PT) defende a continuidade do modelo de proporcionalidade, porém, com lista fechada com paridade de gênero. "Este sistema é o que mais incentiva a representatividade e dá conta da nossa diversidade, já que vivemos em um país de dimensões continentais, ainda marcado por desigualdades sociais e regionais." A reportagem não conseguiu contato com Júlio Delgado (PSB), outro parlamentar juiz-forano.

### A MATEMÁTICA DO VOTO

**Como são distribuídas as vagas para os parlamentares**

**Quociente eleitoral**

Para participar da distribuição das vagas na Câmara dos Deputados ou nas assembleias legislativas estaduais, os partidos ou coligações precisam alcançar o quociente eleitoral, que nada mais é que o resultado da divisão do número de votos válidos no pleito - todos os votos contabilizados, excluídos brancos e nulos - pelo número de cadeiras disponíveis no parlamento em questão

**Exemplo**

Em 2010, a disputa pela ALMG registrou 10.487.904 votos válidos, que, divididos pelas 77 cadeiras em jogo, resultaram em um quociente eleitoral de 136.206 votos

**Quociente partidário**

A partir do quociente eleitoral é feito o quociente partidário. Esta conta é a que irá determinar o número de vagas a que cada partido ou coligação terá direito. Para isso, divide-se o número de votos recebidos por cada partido ou coligação - somando-se os votos nominais e de legenda - pelo quociente eleitoral

**Exemplo**

Em 2010, a coligação formada por DEM/PP/PSDB foi a mais votada na corrida pela ALMG e totalizou 2.300.497 votos. Como o quociente eleitoral naquele ano foi de 136.206 votos, o quociente partidário da coligação foi 16,88. Assim, os três partidos tiveram direito a 16 cadeiras na Assembleia, considerando que o resultado da divisão sempre é arredondado para baixo

**Sobras**

Como o resultado do quociente partidário partidário é arredondado para baixo, é possível que ainda existam vagas a serem preenchidas "pela média" ou pelas chamadas "sobras". De acordo com o Código Eleitoral, tais cadeiras serão distribuídas da seguinte maneira: divide-se o número de votos válidos atribuídos a cada partido ou coligação pelo número de cadeiras por ele obtido, soma-se mais um, cabendo ao partido que apresentar a maior média uma das vagas a preencher. A operação será repetida até que todas as vagas não ocupadas sejam distribuídas

**Exemplo**

Em 2010, após a divisão feita pelo quociente partidário, restaram sete cadeiras a serem preenchidas. Por duas vezes, a média foi favorável à coligação DEM/PP/PSDB, que, com uma sobra de 121.201 votos, conseguiu eleger mais dois deputados. Ainda se beneficiaram as coligações PRB/PT e PTB/PSB e os partidos PV, PPS e PDT, que garantiram mais uma cadeira cada após o cálculo das médias

Fonte: TSE

Publicidade

POLÍTICA

03/03/2015
Técnico-administrativos fazem ato na Praça Cívica

03/03/2015
JF é a terceira com eleitores irregulares

02/03/2015
Servidores da UFJF paralisam atividades

28/02/2015
Pimentel volta a atacar gestões tucanas

28/02/2015
Nomeação de comissionados segue até março

Publicidade

SUPERfácil Imóveis, Veículos, Oportunidades? Encontre aqui o que você procura! Novo classificados Superfácil Tribuna de Minas